

UM APELO À AÇÃO

dos pescadores de pequena escala*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14.b apela aos estados para garantir o acesso aos recursos marinhos e mercados para a pesca de pequena escala.

Ação é urgentemente necessária para enfrentar os seguintes desafios principais para garantir que a pesca de pequena escala seja **protegida e restaurada, e que continue contribuindo para as economias, saúde, cultura e bem-estar.**

Os governos devem...

Garantir urgentemente o acesso preferencial e a gestão colaborativa de 100% das áreas costeiras

Os direitos de posse da PPE e o acesso aos recursos pesqueiros devem ser protegidos. Mulheres e homens da PPE, devem participar efetivamente nas decisões que os afetam.

Garantir a participação das mulheres e apoiar seu papel na inovação

As mulheres estão presentes em todas as etapas das cadeias de valor da PPE e são o elo essencial para levar o pescado aos consumidores. Mas seu trabalho não é reconhecido, sua contribuição, inclusive para inovações, não é valorizada e suas condições de trabalho e de vida são terríveis.

Proteger a PPE dos setores concorrentes da economia azul

Os impactos negativos dos setores marítimos e terrestres mais poderosos da economia azul - como a produção de energia offshore, mineração em alto mar, pesca industrial, turismo, fábricas de farinha de peixe, extração de madeira - comprometem a futuro das comunidades costeiras. A abordagem de precaução e transparência e participação efetiva da PPE devem orientar qualquer novo uso do oceano.

Ser transparente e responsável na gestão das pescarias

É necessária vontade política para reformar urgentemente as políticas e práticas das pescas que assegurem a saúde das comunidades pesqueiras e beneficiem as economias nacionais.

Construir comunidades resilientes para enfrentar as mudanças climáticas e oferecer perspectivas aos jovens

As PPE são as primeiras a sofrer os impactos das mudanças climáticas e outros choques externos, e isso afeta o futuro dos jovens nas comunidades. A governança das pescarias deve incluir o acesso aos direitos sociais e garantir meios de subsistência decentes e dependentes da pescaria para os jovens.

Mulheres e homens na pesca de pequena escala (PPE) no mar e em águas interiores contribuíam para a subsistência, emprego, segurança alimentar e receita, contrastam com sua marginalização na tomada de decisões. As comunidades pesqueiras litorâneas formam o mais numeroso grupo de usuários dos oceanos. Para garantir comunidades pesqueiras saudáveis e resilientes, a PPE exige acesso seguro e preferencial a oceanos e ecossistemas saudáveis para desempenhar efetivamente seus papéis principais como guardiões do oceano.

A PPE exige que os governos resolvam a falta de gestão pesqueira participativa, transparente e baseada na ciência e as ameaças representadas pela poluição, competição por espaço e recursos por outras indústrias da economia azul e invistam na gestão de recursos a longo prazo, restauração de ecossistemas e inovações introduzidas por mulheres e homens das comunidades pesqueiras.





Agora é hora de agir

Apelamos aos governos para que tomem as seguintes medidas até 2030.



Garantir urgentemente o acesso preferencial e cogestão de 100% das áreas costeiras

- Conceder aos pescadores de pequena escala direitos exclusivos de acesso à pesca costeira, fechando as áreas costeiras à pesca industrial e outras atividades industriais e protegendo os direitos de título, posse, acesso e recursos;
- Assegurar o consentimento livre, prévio e informado para qualquer novo uso ou atividade oceânica, inclusive para fins de conservação e áreas marinhas protegidas;
- Implementar sistemas de cogestão para 100% de todas as áreas costeiras, estabelecendo quadros legais específicos que definam claramente os papéis e responsabilidades das autoridades e dos pescadores e fornecendo o apoio adequado para que os pescadores se envolvam (incluindo a vigilância participativa, defesos sazonais etc.); e
- Garantir meios financeiros suficientes nos orçamentos nacionais anuais para apoiar estes sistemas de cogestão.



Garantir a participação das mulheres e apoiar o seu papel na inovação

- Capacitar as mulheres para que se organizem ativamente e se envolvam com organizações profissionais existentes e processos de tomada de decisão, inclusive para decisões de gestão de pesca;
- Priorizar investimentos em serviços como acesso à água potável, energia elétrica, drenagem, instalações sanitárias nos locais de processamento; em infraestruturas que melhorem as condições de vida das mulheres e de suas famílias, como moradia digna, creches próximas aos locais de processamento; e na formação no uso de novas tecnologias;
- Fornecer acesso à terra e crédito para apoiar a inovação nas técnicas de processamento e comercialização (fornos FTT ou refrigeradores solares); apoiar a formação para aceder a novos mercados; e desenvolver a piscicultura em pequena escala para complementar o fornecimento de matérias-primas; e
- Remover as barreiras existentes ao comércio nos níveis nacional e regional, particularmente parando o assédio das mulheres nos locais de processamento, mercados, ao longo das rotas comerciais e nos controles de fronteira.



Proteger a PPE dos setores concorrentes da economia azul

- Não permita ou apoie qualquer novo uso do oceano que possa impactar negativamente os ecossistemas e as comunidades que dependem deles para sua subsistência; e certificar-se de que é aplicado o consentimento livre, prévio e informado;
- Desenvolver, com a máxima transparência e com a participação das comunidades costeiras afetadas, mecanismos para (1) avaliações independentes de impacto social e ambiental, (2) Consulta que permita a participação informada e ativa das comunidades pesqueiras afetadas, (3) Resolução de conflitos entre usuários de espaços marítimos, e (4) Reparação de reclamações judiciais e administrativas; e
- Demonstrar provisão adequada nos orçamentos nacionais para aplicação da regulamentação ambiental, incluindo a implementação de leis e convenções internacionais e regionais, antes que qualquer novo uso do oceano seja permitido.



Ser transparente e responsável na gestão das pescas

- Como os PPE são negligenciados nas estatísticas oficiais, e particularmente as mulheres, melhorar a recolha de dados sensíveis ao gênero e a divulgação de informação do setor, para que as suas contribuições para a segurança alimentar, meios de subsistência, uso sustentável do oceano sejam mais visíveis;
- Tendo em vista a falta de informações disponíveis, o setor de pesca em águas interiores é pouco reconhecido nas políticas pesqueiras nacionais. Existe a necessidade de documentar as pescarias em águas interiores, sua contribuição e os desafios que enfrentam, para que possa ser reconhecida e apoiada em níveis nacionais e internacionais;
- Publicar, de acordo com os padrões mínimos da 'Iniciativa de Transparência das Pescas' (FiTI), toda a informação relevante, incluindo legislação, autorizações de pesca, dados sobre o desempenho e a fundamentação dos regulamentos de gestão; e
- Tornar públicas todas as informações sobre outros projetos industriais oceânicos, marítimos costeiros e terrestres, incluindo textos de autorizações, autorizações e aprovações, e informações sobre projetos de ajuda externa e novas formas de financiamento para a conservação dos oceanos, incluindo os títulos azuis e as trocas-de-dívidas-por-natureza.



Construir comunidades resilientes para enfrentar as mudanças climáticas e oferecer perspectivas aos jovens

- Desenvolver, com as comunidades pesqueiras, políticas e planos específicos para adaptação e mitigação das mudanças climáticas, incluindo medidas de restauração para garantir ecossistemas marinhos saudáveis e medidas para redução de risco de desastres e resposta a emergências;
- Apoiar iniciativas que melhorem a resiliência das comunidades, principalmente diante da escassez de recursos, ajudando-as a reduzir as perdas pós-colheita ou desenvolvendo alternativas de abastecimento, com o objetivo de oferecer perspectivas de vida decentes a longo prazo aos jovens;
- Garantir espaço de representação efetiva, legítima e democrática da PPE; e
- Garantir direitos sociais para a PPE, como acesso à previdência social, saúde, educação, segurança no mar, de forma a melhorar a atratividade do setor para os jovens.



Apelamos aos governos...

...e seus parceiros para que construam comunidades pesqueiras de pequena escala resilientes, desenvolvendo **planos estratégicos nacionais** para implementar essas ações até 2030.



Pescadora em Fiji. © Shiri Ram/WCS.

Esses planos devem ser adequadamente financiados e orientados pelas Diretrizes da FAO para Garantir a Pesca Sustentável em Pequena Escala e outras políticas regionais relevantes**.

Estaremos monitorando o desenvolvimento e implementação desses planos de ação e apelamos ao apoio de organizações parceiras e da sociedade civil para nos ajudar a monitorar o progresso.



www.ssfcalltoaction.org

Os Signatários

Todos os signatários são organizações que representam organizações nacionais, regionais e inter-regionais de pesca de pequena escala em todo o mundo, incluindo da África, do Pacífico, do Sul e da América Central e da Europa. Visite o site para ver todos os signatários, bem como outras organizações da sociedade civil e organizações não governamentais (ONG) que apoiam a apelo.



Apoiam o...



AÑO INTERNACIONAL DE LA PESCA Y LA ACUICULTURA ARTESANALES 2022



NOTAS DE RODAPÉ

*De acordo com as Diretrizes Voluntárias para a PPE da FAO, a pesca artesanal abrange todas as atividades ao longo da cadeia de valor – pré-colheita, colheita e pós-colheita.

**As Diretrizes Voluntárias para a PPE foram aprovadas como instrumento internacional em junho de 2014. Essas diretrizes foram criadas como resultado de uma longa história de lutas dos pequenos trabalhadores da pesca em todo o mundo, pedindo maior reconhecimento de seus direitos e seu papel no setor pesqueiro de seus países. // Políticas regionais: Quadro de Políticas e Estratégia de Reforma para Pescas e Aquicultura em África (AUC-NEPAD 2014) • Política Comum das Pescas da Comunidade do Caribe (CRFM 2020) • A Estratégia Noumea - Uma nova canção para a mudança dos caminhos da pesca costeira (SPC 2015); e, O Quadro para Ampliação da Gestão das Pescas Baseada na Comunidade (SPC 2021) – para a Região do Pacífico.